

"Lobbies" irão influenciar os constituintes

VIRGÍNIA GALVEZ

Repórter da Sucursal de Brasília

Com poderes teoricamente ilimitados, o Congresso constituinte que se instala a 1º de fevereiro de 1987 concentrará um jogo de pressões do qual dependerá o futuro do país. O jogo chama-se "lobby" ou, simplesmente, como define o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda: "Pessoa ou grupo que nas ante-salas do Congresso procura influenciar os representantes do povo".

No Brasil, estão registradas oficialmente dezoito entidades junto à Câmara dos Deputados. Representantes de todos os setores atuam junto às comissões permanentes fornecendo pareceres técnicos, quando é o caso, ou simplesmente procurando convencer da justeza ou não de um determinado projeto de lei. Nos Estados Unidos, para cada congressista americano existem pelo menos trinta lobistas. Ao todo são quase nove mil.

Mas Brasília aparece hoje como um campo promissor para as empresas especializadas na representação de interesses. São pelo menos oito atualmente. Paulo Godoi, da AP — Comitê de Assessoramento Político Ltda., informa que trabalha com 32 contas de empresas nacionais, americanas, uma japonesa e uma francesa. A maioria dos contratos, segundo ele, é de caráter permanente e por isso envolve também o Congresso constituinte.

Godoi conta que a AP evita, há um ano e meio, que a empresa norte-americana Reynolds Metals instale no Brasil uma fábrica de latas de alumínio para bebidas, que colocaria em risco toda a indústria nacional, que utiliza folha de flandres produzida pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

O esquema às vezes falha. Apesar do "lobby", a indústria automobilística não conseguiu evitar o tabelamento de preços sustentados pelo governo antes do congelamento geral que veio com o Plano Cruzado. Também não impediu ou, pelo menos, negociou vantagens compensadoras quando o governo impôs o depósito compulsório. A Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) representa



25 fabricantes de carros, tratores e caminhões, emprega diretamente 146 mil pessoas e perto de 16 milhões, indiretamente.

O escritório da Anfavea em Brasília está instalado numa mansão no Lago Sul — região nobre da capital. Tem quatro funcionários. Credenciado em nome da entidade na Câmara, Francisco Mirto da Silva diz que seu trabalho limita-se a acompanhar a apresentação de projetos, e entregar às comissões técnicas arazoados, defendendo o ponto de vista das montadoras. Na relação de propostas que acompanha existe de tudo, até uma do deputado Antônio Florêncio (PFL-RN) que obriga a instalação de buzinas musicais em todos os veículos.

Trabalhadores

Mas não só as empresas "trabalham" no Congresso. Em dezembro de 1983 foi fundado o Departamento

Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). O Diap tem mostrado eficiência e já representa 232 entidades de trabalhadores. Foi na sua assessoria técnica que nasceu o projeto que impede as demissões imotivadas apresentado pelo líder Pimenta da Veiga (PMDB-MG). Este patrocínio custou ao deputado sério desgaste, principalmente no Palácio do Planalto. No entanto, permitiu ao Diap mostrar a sua força. A proposta foi aprovada duas vezes na Câmara sob a vigilância das galerias lotadas e só parou no Senado.

Junto com o Diap e outras entidades, a Universidade de Brasília (UnB) criou o Centro de Acompanhamento da Constituinte (Ceac), cujo primeiro trabalho será um perfil dos constituintes. Este dado, segundo o secretário-geral do Diap, Geraldo Bentes, será fundamental para agir. Ele concorda com a previsão do editor-chefe do jornal "Correio Brazi-

liense", Ronaldo Junqueira, de que o quadro deverá ser ainda mais desfavorável aos trabalhadores do que no atual Congresso. Junqueira calcula que pelo menos 30% dos eleitos já chegam como representantes de algum grupo econômico e com uma capacidade enorme de influência sobre os companheiros de parlamento. Pela previsão do Diap, a minguada representação de oito parlamentares oriundos do movimento sindical, que hoje são congressistas, poderá não ter sucessores para suas cadeiras.

Um grupo forte que deverá "agir com força", já testada, no Congresso constituinte é o da Federação: governadores, prefeitos e vereadores. Estes estão acostumados a atuar em Brasília, pedindo recursos no Executivo e pressionando o Legislativo para aprovar a sua liberação. No Congresso constituinte, a conversa será um pouco mais complicada. Perseguirão a independência e o fortalecimento dos Estados e municípios através de uma redistribuição mais descentralizada das verbas tributárias.

Para manter a centralização das verbas e, consequentemente de poder, estará em campo o poderoso governo federal. Seu braço para o trabalho miúdo está representado pelos assessores parlamentares dos ministérios e principais empresas estatais. Eles são ativos no Congresso, têm gabinetes oferecidos pela Câmara e Senado. Usam crachá e têm trânsito livre, inclusive em plenário. Em momentos importantes, têm reforço. A Seplan chega a ter dez lobistas no Congresso. Mas estes têm uma característica especial: funcionam como canal de comunicação de duas vias, prestando, com frequência, pequenos favores a parlamentares junto à burocracia oficial.

Como senador, o atual ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, tentou regulamentar o "lobby". Seu projeto foi apresentado em 1984 e está parado nas comissões técnicas. A proposta inclui o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas junto ao Congresso Nacional, não só para entidades, como acontece na Câmara. Os lobistas registrados teriam de declarar os gastos com a atividade e os rendimentos recebidos.